



EPEPE
V ENCONTRO DE PESQUISA
EDUCACIONAL
EM PERNAMBUCO

Educação e Desenvolvimento
na Perspectiva do Direito à Educação

Eixo Temático: 8 - Políticas e Gestão Educacional.

MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL E UNIDADE EXECUTORA: DO CIFRÃO AO CIDADÃO?

Tereza Raquel Borges Vaz de Oliveira, UFPE

Ariana Santana da Silva, UFPE

Tiago André Pereira da Silva, UFPE

RESUMO

Este artigo é um recorte de uma pesquisa maior realizada para embasar a tese de conclusão de curso em pedagogia da autora deste, tal pesquisa se propôs a investigar os mecanismos de participação e controle social. Dessa forma, nesse artigo procuramos averiguar como a Unidade Executora contribui para o exercício da liberdade e responsabilidade social sobre o público ao favorecer a atuação da comunidade escolar nas decisões financeiras da escola. Para tal, nos servimos dos dados coletados de um estudo de caso realizado em uma Escola de Referência em Ensino Médio da Gerência Regional de Educação Recife Sul. Como procedimento metodológico, realizamos uma análise documental sobre os dados desse estudo de caso, guiados pela proposta de Bardin (2004) de Análise de Conteúdo. Os resultados revelaram que o esforço para materializar a gestão democrática, por meio da participação e descentralização do poder, apoia o exercício da liberdade política podendo contribuir com o desenvolvimento da ciência sobre a responsabilidade social com a coisa pública nos integrantes desse espaço de participação e nos demais da comunidade escolar onde o mesmo atua.

Palavras-Chave: Gestão democrática. Unidade Executora. Liberdade e Responsabilidade pública.

INTRODUÇÃO

São muitos os espaços existentes nas instituições de ensino para participação dos vários segmentos que fazem parte da mesma, como por exemplo, as Associações de Pais e Mestres, Caixa Escolar, Conselhos Escolares, Unidades Executoras entre outros organismos de apoio à gestão da escola. Contudo, é preciso ter em mente que nem todos esses espaços equivalem a um mecanismo de controle social. Segundo Ednir e Bassi (2009) para que um espaço de participação da comunidade escolar desempenhe função de controle social precisa exercer um acompanhamento da qualidade da aplicação dos recursos, acredita-se que quando esse controle social acontece por meio dos espaços colegiados possibilita não somente o

combate à corrupção/desperdício quanto colabora com a materialização da democracia. Dessa forma, a autonomia sobre o financiamento da escola, que é o terceiro nível estabelecido no art. 15º da LDB/96 para a consolidação da democracia na gestão escolar, é pré-requisito para considerarmos a participação da comunidade como um mecanismo de controle social.

Nosso interesse em estudar sobre esses espaços de controle social como mecanismos de concretização da gestão democrática na escola, advêm por acreditarmos que tais mecanismos podem colaborar para a construção de uma liberdade política necessária a esse tipo de regime. A aproximação com esse conteúdo ocorreu, entre outros momentos, durante a realização de um estudo de caso sobre os espaços de participação social feito em função da tese de conclusão do curso de pedagogia. Diante da análise dos dados coletados no estudo de caso efetivado para a concretização de tal dissertação, enxergou-se na democracia um caminho para a formação humana e conseqüentemente cidadã do ser, pois a mesma traz inerentes aos seus pressupostos um ideal de liberdade política que necessita conseqüentemente de uma postura social de responsabilidade e envolvimento com as questões públicas.

Desta forma, deliberamos nos servir dos dados dessa pesquisa maior para realizar essa investigação acerca de como a Unidade Executora (UEX) corrobora para o exercício da liberdade e responsabilidade social sobre o público ao contribuir como mecanismos de controle social voltado para a materialização da gestão democrática. Além disso, concordamos com Marques (2009) no que se refere à precariedade de estudos e pesquisas sobre o tema *financiamento da educação*, por ser considerada uma temática tratada por longo tempo como uma “caixa preta” da educação.

O estudo de caso sobre o qual nos voltamos foi realizado numa Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) da Gerencia Regional de Educação Recife Sul de Pernambuco. Nosso interesse nesse estudo sobre a EREM se justifica no fato de instituições escolares como esta serem modelos para as demais escolas do Estado de Pernambuco. As EREMs propõem-se a desenvolver a democracia na gestão escolar nos três graus de autonomia apresentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): pedagógica, administrativa e de gestão financeira (Brasil, 1996, art.15). Entendemos que a UEX normatizada pela Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, servi como um espaço de participação social na gestão financeira da escola. Essa entidade surge em meio ao processo de redemocratização do país como um instrumento de descentralização do poder público para as instituições de ensino. Cabe a mesma, além de outras ações, receber e gerir os recursos enviados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em especial o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Destacamos, que nossa análise predomina sobre os dados relativos à participação da comunidade no que se refere ao planejamento e aplicação financeira da instituição, por acreditarmos que esse fator reflete a autonomia e o poder deliberativo dos espaços de participação social nos três níveis de autonomia da gestão democrática.

A atual Constituição Federal (BRASIL,1988) atribui a vinculação de um percentual mínimo da receita dos impostos à educação afirmando que a União investirá nunca menos de 18%, e aos Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de 25% (art. 212), ao nível de ensino que lhe é prioridade, embora União, estados, Distrito Federal e municípios devam organizar-se em regime de colaboração (art. 211). De forma mais específica, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 discrimina quais os recursos que deverão ser destinados a educação, entretanto, apesar da vinculação determinada em lei visar à possibilidade da materialização da qualidade na educação pública, entendemos que cabe aos espaços de controle social o dever de fiscalizar e contribuir para uma boa aplicação destes recursos.

Nesse sentido, objetivamos averiguar de que forma a existência da Unidade Executora favorece o desenvolvimento da liberdade política e da responsabilidade social diante da coisa pública, partindo do entendimento de que essas características são indispensáveis para a concretização da democracia participativa. Para isso identificamos o perfil dos componentes da Unidade Executora e nos aproximamos da forma como as decisões relacionadas aos aspectos financeiros são tomadas nestes espaços.

METODOLOGIA

Campo de Pesquisa

Nossa pesquisa recaia sobre os dados de um estudo de caso realizado com a finalidade de embasar a tese de conclusão do curso de pedagogia da autora do artigo em questão. Salientamos que o estudo de caso procura captar a complexidade de uma realidade, se tratando de um ‘fenômeno social’, favorecendo uma investigação de modo a preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real (LUDKE E ANDRÉ, 1986).

É relevante informar que esse estudo teve duração de oito meses, permitindo observar o processo de eleição dos novos membros da UEx diante da modificação da gestão da escola. Assim, diante das informações coletadas nesse estudo de caso percebemos a possibilidade de fazer diferentes análises e, dessa forma, decidimos averiguar como a gestão democrática materializada na EREM corrobora para o exercício da liberdade e responsabilidade social.

Assim essa pesquisa trata-se de uma pesquisa documental, do estudo de caso realizado em uma EREM que atendia 861 (oitocentos e sessenta e um) alunos e tinha um quadro de 52 (cinquenta e dois) professores no momento do estudo. Desses faziam parte da Unidade Executora quatro professores, sendo três mulheres, quatro integrantes da administração da escola, todas mulheres, dois alunos, uma funcionária terceirizada e uma mãe.

Salientamos que no momento da realização do estudo de caso a instituição escolar contava com 18 (dezoito) salas para trabalho docente, sendo uma destinada à biblioteca e outras duas aos laboratórios de ciências e informática da escola, no momento da realização do estudo de caso, logo, a mesma pode ser caracterizada como uma escola de grande porte.

Durante o estudo todos os doze (12) representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar que compõe a Unidade Executora (UEx) na EREM responderam um questionário e foram entrevistados, e será em especial sobre essas entrevistas que dedicaremos nossa análise. Através dos dados de tais entrevistas, tornou-se possível nos aproximar da relevância e legitimidade de tal representatividade junto à Unidade Executora, também procuramos averiguar as posturas dos membros em relação ao exercício de sua liberdade nesse espaço, bem como diagnosticamos a concepção que os doze integrantes relatam acerca da UEx.

Procedimento de Análise de Dados

Na análise as questões de pesquisa foram retomadas na tentativa de respondê-las. Analisamos os dados seguindo as orientações de Bardin (2004) para a Análise de Conteúdo. A Análise de Conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos diversificados. Seu objetivo consiste na manipulação de mensagens, conteúdo e expressão desse conteúdo, para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem explícita (BARDIN, 2004).

RESULTADOS

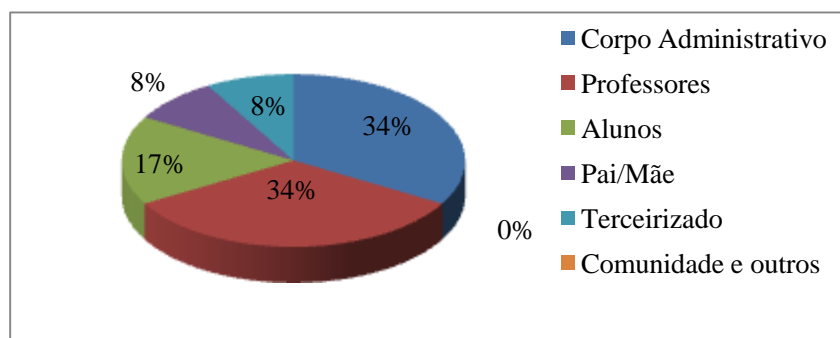
Procuramos analisar os objetivos específicos da pesquisa separadamente perpassando-os pelo objetivo geral. Esforçamo-nos por conseguir contemplar as análises dos dados respeitando os limites impostos a esse artigo. Não esperamos tecer informações conclusivas sobre as realidades das UExs, principalmente por considerarmos as peculiaridades de cada instituição escolar, mas acreditamos poder contribuir com o debate sobre a existência e possibilidade de atuação desse mecanismo de controle social.

A UEx favorece a atuação da comunidade escolar nas decisões financeiras da escola?

De imediato o perfil dos representantes dos diferentes segmentos da escola parece-nos diversificado. Contudo, a análise dos questionários evidencia a assimetria do número de representantes por segmento, como ilustra o Gráfico I. Apesar de ser unânime entre os entrevistados a opinião de que essa representação desigual não resulta em opressão da representação minoritária, a exemplo, temos que “*todo mundo fala e dá opiniões e geralmente é acatada. Eu acho que isso é democracia mesmo, porque você faz parte, não é uma coisa assim burocrática*”¹ (S01/Secretária)².

Apesar da fala da secretária, pudemos identificar a inexpressividade da comunidade na UEx da EREM, sendo a única mãe participante e residente da circunvizinhança funcionária da escola. Sobre isso nas entrevistas analisadas encontramos que a gestora se posiciona dizendo: “*a gente não chegou ainda a convidar ninguém porque, enfim, eu entrei faz duas semanas e chegou a verba e eu tive que direcionar pra ver o que a gente podia resolver só que ficou muito em cima, mas a gente quer que os pais participem*” (S10/Gestora).

Gráfico I: Quantitativo de representantes por segmento



Fonte: Organizada pela pesquisadora.

Abranches (2003), que realizou uma pesquisa semelhante, aponta que *para que os pais se interessem em participar, é preciso que se sintam respeitados, valorizados e bem-aceitos na escola* (p.95), expandimos essa afirmação aos demais segmentos com baixo ou nenhum número de representação no gráfico anterior. Essa inexpressividade, entretanto, pode ter relação com outra informação que pudemos averiguar, expressada na fala seguinte:

¹ A transcrição das entrevistas foi fiel as falas dos sujeitos.

² Os sujeitos do estudo foram codificados recebendo uma ordem numérica referente a sua participação na pesquisa e em seguida o seguimento do qual faz parte. Ex: S01/Professor significa sujeito um do quadro de professores.

“A antiga gestora ela não dava abertura pra participar, mesmo eu sendo do conselho escolar não dava abertura pra gente participar de nenhuma reunião. Ai nessa eu não quero não, sabe por quê? Porque envolve negócio de dinheiro, envolve muitas coisas que eu... tem tanta coisa errada [...] Há quatro anos eu nunca participei só o nome.” (S09/Chefe do laboratório de informática).

“Antes não tínhamos reunião, a gente nunca teve, e tinha no começo das aulas a gente tinha uma reunião que era geral e quando a gente voltava no segundo semestre, que era quando os professores ficavam de férias ai quando voltava fazia outra reunião. Mas só havia duas reuniões por ano.” (S12/Professora)

Os documentos analisados sinaliza para o fato de não existirem reuniões significativas da UEx antes da permuta entre as gestoras, uma vez que não há registros de opiniões e debates no livro da UEx apenas atas contendo assinaturas atestando as reuniões. Essa suspeita foi confirmada nas entrevistas, como revela a fala transcrita de uma professora sobre sua participação nas reuniões da UEx como sendo: *“uma participação um pouco passiva, eu chamo a atenção de novo por que a gente via as coisas acontecerem, mas não existia uma frequência pra esse objetivo. Mas a [nova gestora]³ assumiu, então ela fez uma reunião, que a gente participou, mostrando essa questão da empregabilidade do dinheiro”* (S12/professora).

As falas bem como o aumento dos números das atas de reuniões a partir da permuta na gestão, quanto ao esforço da nova gestora em fazer da UEx um espaço de controle social onde a participação da comunidade escolar seja feita mediante uma representatividade legítima, rompendo inclusive com o habito identificado nas atas da gestão anterior de acumular cargos que de acordo como o Manual de Orientação para a Construção de UEx (BRASIL, 2009) não são cumulativos, como esclarece esse Manual : *Os cargos de conselheiro fiscal não sejam cumulativos com os cargos de Conselheiro Deliberativo e os cargos da Diretoria* (P.9).

Esses dados colaboram ao discurso que evidencia a responsabilidade de quem esta à frente da gestão de organizar os espaços colegiados na escola de forma a torná-los favoráveis ao exercício da democracia. Pois, apesar da flexibilidade no Estatuto da UEx acerca do número de integrantes para cada instituição (BRASIL, 2009) e dessa Unidade caminhar pelo viés de descentralização governamental, para que seu trabalho cumpra com o princípio democrático regente de nosso ensino (BRASIL,1988) é preciso que essa recomendação também seja atendida na UEx, pois segundo Adrião e Camargo (2007) a essência democrática está atrelada a igualdade, logo, deve garantir a todos os seguimentos igual poder de intervenção e decisão.

³ Correção feita para preservar a identidade da gestora.

A atuação na UEx e o exercício da liberdade.

A democracia bem como a educação pressupõe a existência da liberdade, contudo não estamos aqui trabalhando com o conceito de liberdade onde está é tida como a capacidade de livre escolha do ser humano, pois entendemos que quando vista por esse prisma a liberdade aponta para a anarquia, não condizente com o regime democrático. Entendemos a liberdade como a capacidade humana de tomar decisões apesar das influências as quais estamos sujeitos (ROHR, 2013). Assim, concordamos que a liberdade política pode fazer de nós homens autênticos (JASPERS, 1968).

Portanto, ficamos surpresos quando nos deparamos com o fato de que grande parte dos componentes da UEx afirmaram nas entrevistas nunca terem intencionado fazer parte da UEx, eles foram indicados pela gestora anterior e com a transferência desta alguns deles não querem mais compor esse espaço. Acerca dessa questão a gestora relata que *“infelizmente as UEx não tinha reuniões, havia só um nome, uma ata fictícia [...] Mas agora não, agora eles estão vendo que a gente está realizando as reuniões e eu espero que com o tempo eles vendo os resultados voltem a querer participar”* (S10/Gestora).

Esse tipo de “participação” meramente burocrática se contrapõe ao conceito de Gohn (2005), a qual concebe a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social. Assim, averiguamos que essa atuação passiva dos membros da UEx na gestão anterior, não contribui para que tais integrantes assumam uma postura de protagonista de sua própria história, bem como da história da escola, não favorecendo para a construção da consciência crítica desalienadora nem tão pouco agregando força sociopolítica a esse grupo da UEX.

Entendemos que a liberdade não pode ser imposta por uma norma (JASPERS, 1968), logo, não esperávamos que apenas por existir novas leis que embasem a gestão democrática, com destaque para a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, essa gestão seria efetivada com eficácia nas entidades públicas. Acreditamos, que para existir mudanças na gestão é preciso um trabalho contínuo que gere situações propícias ao exercício da democracia, pois, os *intercâmbios que se realizam no “cotidiano” escolar trazem efeitos no pensamento, sentimentos e condutas da comunidade escolar, ou seja, constroem identidades* (MARQUES, 2009, p.04).

Diante desses pressupostos, enxergamos a postura da nova gestora como uma tentativa de criar novas redes de significações nas relações diárias da EREM pesquisada

indispensável para a concretização das diretrizes das políticas de descentralização, pois trabalha sobre o desenvolvimento do potencial da cidadania, auxiliando na educação que transcende a participação no âmbito escolar e pode favorecer a formação de uma pessoa que saiba assumir de forma responsável a sua liberdade, tendo autonomia e ciente de seus direitos e deveres, efetivando as expectativas que se tem do regime democrático.

A concepção da UEX e a responsabilidade cidadã: O que dizem seus integrantes?

Por ser uma entidade pública de caráter privado, a UEx é de responsabilidade da Organização Social emergida da comunidade escolar a qual pertence, ou seja, a UEx é uma entidade não-estatal mesmo que sujeita ao controle do Estado, portanto, ela pode ser compreendida como uma estratégia de racionalizar os gastos públicos com a burocracia ao passo que cria uma responsabilidade pública não-estatal (ADRIÃO, 2005). Longe de desconsiderar os interesses políticos partidários e particulares, acreditamos que o trabalho da UEx realizado de forma transparente, com representação legítima e significativa de todos os segmentos da comunidade escolar, seguindo o que diz o Manual de Orientação para constituição de Unidade Executora (Brasil, 2009), pode contribuir para o amadurecimento de seus integrantes, promovendo debates que embase o desenvolvimento do conhecimento desses integrantes e dos demais da comunidade acadêmica.

Isso porque concordamos que o que determina o destino de todos, *deve, por exigência da liberdade política passar-se em público. A reflexão deve ser pública e preparada em público a decisão. A concordância brotará dessa base e não da confiança cega* (JASPERS, 1968, p. 98). Nessa perspectiva a UEx pode beneficiar esse exercício da liberdade política, pois quando efetivada de acordo com seus pressupostos teóricos permite que o financiamento de interesse público sobre a escola seja destinado conforme os interesses de todos que compõem a comunidade escolar.

Acerca da relevância desses espaços de participação as entrevistas apontam questões significantes sobre a responsabilidade do papel representativo e a necessidade de retornar ao grupo do qual é representante sobre as discussões tidas na UEx. Percebemos ainda a relação feita pelos membros que estão na UEx por vontade própria entre a atuação na UEx e o sentimento de pertença à EREM, como mostram as falas a seguir:

“Eu me sinto muito realizado porque é uma forma que eu posso ajudar minha escola e posso ao mesmo tempo ajudar a mim próprio.(...) Porque a gente tem um direito, a gente pode se expressar, a gente pode falar e

trazendo resultados para escola. Eu acho que isso é ser um componente escolar.” (S04/aluno).

“Porque a gente fica por dentro do que tá acontecendo na escola. Porque a gente tá aqui o dia-a-dia. Sempre que houver reuniões a gente tá dentro da escola. A gente tem aquela responsabilidade de responder pelos outros alunos, pelos outros pais. Então acho que é importantíssimo isso e gratificante.” (S03/mãe).

“Eu não sou uma mera professora da sala de aula que dá aula e ponto não, além disso, de exercer minha profissão aqui na escola, eu tomo decisões juntamente com a gestão. Eu sou tipo uma co-gestora, por isso eu acho que eu sou um componente da escola” (S10/Professora).

É consenso que um dos pontos que torna esses espaços relevantes está na divisão de responsabilidades que estes, quando bem orientados, podem proporcionar levando a descentralização de poder do dirigente. Contudo, mais uma vez salientamos que não pretendemos desconsiderar às preocupações de Adrião (2005) sobre como essa proposta de descentralização pode facilitar a desobrigação do Estado com a educação, transferindo sorrateiramente essa responsabilidade à sociedade civil, mas compreendemos ser possível por meio da materialização da liberdade política concedida à UEx realizar o amadurecimento que a sociedade necessita para aprender a utilizar com responsabilidade os espaços de decisões nos assuntos públicos.

CONCLUSÃO

Com base nos dados, entendemos que a escola onde foi realizado tal estudo de caso passa por um momento de transição uma vez que a nova gestão traz consigo o interesse (e o desafio) de materializar na instituição a democracia participativa nos três graus de autonomia: administrativo, pedagógico e financeiro, até então pouco exercida.

Percebemos que quando o ideal normativo acerca da descentralização das deliberações financeiras, não são devidamente respeitado no real vivido pela UEx, os integrantes tornam-se desmotivados a participar e ao invés de servir como um instrumento para o exercício da liberdade política essa entidade acaba por reforçar a apatia social. Contudo, apesar do ideal normativo acerca da democracia não ser concretizado plenamente no real vivenciado nos espaços de participação, os integrantes destes mostram ter conhecimento sobre como deveria funcionar o C.E e a UEx e os consideram relevantes para a escola, expressando expectativas que funcionem melhor por meio da mudança de liderança na gestão.

Essa realidade controversa, porém, condiz com o conhecido comum acerca do investimento em educação não provocar respostas imediatas, mas em longo prazo. Logo, é plausível enxergar essa tensão entre o ideal democrático e o real pouco ou nada democrático encontrado em algumas dimensões da EREM como resquícios deixados pelo histórico de nosso sistema de ensino.

Foi possível identificar através da análise dos dados, dois aspectos indispensáveis acerca dos que estão à frente da gestão no intuito de evitar a promoção desse tipo de realidade. O primeiro aspecto diz respeito a responsabilidade da gestão de esclarecer a comunidade escolar sobre o funcionamento da UEx, e o segundo trata da necessidade de organizar reuniões coerentes e democráticas nesse espaço, evitando possíveis frustrações à liberdade política.

A análise desse estudo de caso, pela ótica das contribuições à tal liberdade política, revela um movimento que sinaliza a possibilidade de caminhar para uma forma cada vez mais democrática por intermédio da participação nas decisões financeiras da escola como mecanismos de emancipação social, transformando as relações de poder em relações de autoridade compartilhada (Marques, 2008) e oportunizando a instauração de uma nova identidade cidadã que busque exercer seus direitos de intervir nas decisões políticas em outras instâncias públicas.

Dessa maneira, entendemos a necessidade do desenvolvimento de um ciclo contínuo no processo democrático, pois as mudanças só se confirmam através do aprendizado e a construção de novas opiniões entre aqueles que pertencem a comunidade da instituição. Entretanto, este aprendizado por sua vez depende das práticas cotidianas, ou seja, não podemos esperar a estabilidade do regime democrático para efetivar espaços de participação, pois a comunidade escolar só conseguirá o preparo necessário para atuar nesses espaços mediante o exercício de cidadania que esses espaços proporcionam.

A nova gestora enfrenta um desafio que reflete na realidade o mesmo desafio imposto a todos os brasileiros o de conseguir consolidar uma coerência entre as normas que tornam o Brasil um país democrático e as práticas realizadas nesse país. Concordamos assim que falar de gestão democrática no Brasil *implica instalar na instituição de ensino um processo gradativo de ação e discussão coletiva que venha a superar a visão burocrática e hierarquizada de funções e posições* (AGUIAR, 2009, P.47).

Diante desses pressupostos, concordando com Karl Jaspers, defendemos o princípio de que só nos aproximaremos da consolidação do regime democrático ao passo que

colocarmos a liberdade política acima de tudo, pois por meio do exercício da liberdade nos será permitido encontrar o sentido de nossa existência política (JASPERS, 1965).

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar: espaços de participação da comunidade**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

ADRIÃO, Teresa.; PERONI, Vera. O público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. *In: Theresa Adrião; Vera Peroni. (Org.). O público e o privado na Educação: interfaces entre Estado e sociedade*. 1ed. São Paulo: Xamã Editora, 2005.

AGUIAR, Maria da Conceição. Dilemas da Gestão Democrática Escolar no Contexto Atual *In. BOTLER, Alice Happ. Organização, Financiamento e gestão escolar: subsídios para a formação do professor*. 2º Edição. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: 1996.

_____. **Manual de Orientação para constituição de Unidade Executora**. Ministério da Educação, Brasília, 2009.

EDNIR, Madza; BASSI, Marcos. **Bicho de sete cabeças, para entender o financiamento da educação brasileira**. São Paulo: Ed. Ação Educativa, 2009.

GOHN, Maria da G. **O Protagonismo da sociedade civil, movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

JASPERS, Karl. **Introdução ao Pensamento Filosófico**. 5. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1965.

MARQUES, Luciana Rosa. Financiamento e Gestão Democrática da Educação *In. BOTLER, Alice Happ. Organização, Financiamento e gestão escolar: subsídios para a formação do professor*. 2º Edição. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

MARQUES, Luciana Rosa. **Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação**. *Educação & Sociedade*, v. 29, p. 55-78, 2008.